

## **EDITORIAL**

Iniciando o último ano da atual gestão, a 2ª Vice-Presidência está ainda mais comprometida com as ações desenvolvidas. Além de resultados expressivos, a equipe tem realizado as tarefas de forma planejada, registrando todos os detalhes, para que os projetos e programas tenham a possibilidade de ter continuidade nas futuras gestões. Além disso, outra preocupação é viabilizar as informações de forma clara e acessível para magistrados, servidores e jurisdicionados.

Exemplo desse comprometimento é o site da 2ª Vice-Presidência, que acaba de ser lançado. Disponível numa aba de acesso do site institucional do TJPR (www.tjpr.jus.br), o novo espaço pretende esclarecer todas as ações competentes do órgão de gestão, a estrutura administrativa, principais ações, agenda, contato, além de disponibilizar todas as edições da revista eletrônica.

E comemorando a 10ª edição da Revista AproximAção, trazemos neste exemplar a atualização de ações já conhecidas e novidades que continuam em desenvolvimento. O principal destaque é a inauguração da unidade do Juizado Especial da PUC-Cajuru que representa grande avanço no processo de descentralização do poder judiciário, além de proporcionar um melhor atendimento à população.

Pioneira no modelo de parceria que envolve tribunal e universidade, a unidade será responsável por atender mais de 200 mil pessoas de 5 bairros de Curitiba. Em funcionamento no prédio do Núcleo de Prática Jurídica da PUC-PR, o Juizado contará com a atuação de estudantes, supervisionados por professores, e, ainda, terá custos reduzidos para o TJPR, uma vez que o local foi cedido gratuitamente pela instituição.

O uso da biometria é outro ponto que permanece presente nas ações da gestão, assim como os esforços em estimular os métodos autocompositivos, e as iniciativas de cidadania. Essa última política, inclusive, ganha evidência na coluna "Magistrado em Destaque" que traz exemplos de ações desenvolvidas pela magistrada Adriana Simette, que atua na Vara Descentralizada de Santa Felicidade.

A partir de todas essas ações e dos canais de comunicação e divulgação, a 2ª Vice-Presidência reforça o compromisso em estabelecer uma gestão eficiente e próxima. Desejamos assim, uma boa leitura a todos!

EDITORIAL	1
JUIZADO ESPECIAL PUC-CAJURU É INAUGURADO	2
DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	4
REFORÇO EXTRAORDINÁRIO DE PAUTA AUXILIA JUIZADOS EM TODO ESTADO	4
BIOMETRIA NOS ESTÁDIOS	5
E-CARTA AGILIZARÁ AS INTIMAÇÕES E CITAÇÕES DO JUDICIÁRIO	6
DELIBERAÇÕES DO NUPEMEC	7
CENTRAL DE APOIO AOS CEJUSCS	7
MEDIAÇÃO DIGITAL	8
CONVÊNIO ENTRE TRIBUNAL E UNIBRASIL	9
FÓRUM DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL É UTILIZADO EM MAIS DE 800 CASOS	10
PACIFICAR É DIVINO SE ESPALHA PELO PARANÁ	11
PROGRAMA "CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS" LANÇA CAMPANHA	13
PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA	14
TJPR PARTICIPA DO PROGRAMA GERAÇÃO ATITUDE	15
PROGRAMA JOVENS PROMISSORES INICIA NOVAS TURMAS	16
MAGISTRADO EM DESTAQUE	17



Expediente:

Desembargadora Lidia Maejima 2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

Dr. Ricaro Henrique Ferreira Jentzsch Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidencia do Tribunal de Justiça do Paraná



Editoração: Coordenadoria de Produção de Mídias Institucionais - Éseje

## JUIZADO ESPECIAL PUC-CAJURU É INAUGURADO

Com o objetivo de deixar a Justiça paranaense mais próxima do cidadão, no último dia 05 de junho, foi inaugurado, na sede do Núcleo de Prática Jurídica da PUCPR, em Curitiba, o Juizado Especial PUC-Cajuru. Por meio da parceria inédita no Estado, entre universidade e judiciário, a unidade passa a atender uma área cuja população ultrapassa 200 mil pessoas, incluindo os bairros Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirotuba, Jardim Botânico, Jardim das Américas, Prado Velho e Uberaba. No local, serão julgados os feitos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais,

excluídas as matérias atendidas por unidades especializadas (como Fazenda Pública, telefonia, bancário e acidentes de trânsito).

A unidade foi criada a partir da Resolução nº 126 do Órgão Especial, aprovada em dezembro de 2017, através da qual o 2º Juizado Especial Cível e Criminal foi convertido no Juizado Especial PUC-Cajuru, confirmando o entendimento adotado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

As novas instalações estão localizadas no prédio do NPJ da PUC/PR, na Rua Iapó, nº 1.111, Prado Velho, e funcionam das 12h às 18h. As audiências previamente pautadas continuam a ser realizadas na sede da Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 2826, evitando transtornos às partes já intimadas.

#### **EVENTO DE INAUGURAÇÃO**

Para a inauguração oficial do Juizado, foi realizada uma cerimônia que contou com a presença do Presidente do TJPR, Desembargador Renato Braga Bettega, da 2ª Vice-Presidente e Supervisora do Sistema de Juizados Especiais do Paraná, Desembargadora Lidia Maejima, da Dra. Letícia Guimarães, Juíza responsável pela nova unidade, do Reitor da PUCPR, Dr. Waldemiro Gremski, do Decano da Escola de Direito da PUCPR e ex-coordenador do NPJ, Dr. Eduardo Oliveira Agostinho, entre outras autoridades e magistrados, representantes da universidade, da OAB e servidores do tribunal.

**AproximAção** 

10° EDICÃÓ



Durante a inauguração, o Presidente do TJPR, Desembargador Renato Braga Bettega, agradeceu todos os envolvidos no projeto e disse estar muito satisfeito em presenciar a concretização dessa proposta da 2ª Vice-Presidência do Tribunal. Segundo ele, um juizado descentralizado representa uma moderna concepção de Justiça, fazendo com que ela vá ao encontro do povo. "A nossa experiência aqui no Paraná com os juizados descentralizados é totalmente exitosa. Tenho certeza de que esta parceria contribuirá para uma justiça mais célere e eficaz aos nossos jurisdicionados", destacou o Presidente.

A 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Lidia Maejima, ressaltou a importância desse convênio inédito no estado e destacou a relevância da parceria para todos os envolvidos. "De um lado, o Tribunal recebe um local privilegiado para realizar o atendimento jurisdicional, com economia de recursos públicos. De outro, os estudantes recebem um acesso privilegiado, em seu próprio campus, para vivenciarem e ganharem experiência, não apenas no mundo do Direito, mas nas várias áreas de conhecimento que hoje integram o cotidiano de um Juizado, como, por exemplo, a Psicologia e a Assistência Social. Entre um e outro, há a população, que só tem a ganhar com a ampliação das possibilidades de acesso de qualidade à justiça", apontou a Desembargadora.

Para o reitor da PUCPR, Waldemiro Gremski, a inauguração do Juizado PUC-Cajuru é um marco que inicia uma nova etapa da relação entre uma universidade e um dos órgãos mais importantes do estado.

#### **JUIZADO ESPECIAL PUC-CAJURU**

A partir de agora, de acordo com ele, a Justiça vai ao encontro de quem a demanda: "É a sensação do cumprimento de um dever, o de abrir as portas para sediar o Poder Judiciário, para levar a Justiça a quem a ela não teria acesso".

## JUIZADOS ESPECIAIS NAS UNIVERSIDADES

A instalação do Juizado é fruto do Projeto "Juizados Especiais nas Universidades", desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR há mais de um ano, que apurou a existência de, aproximadamente, 100 Juizados Especiais funcionando em Faculdades de Direito de todo o país.

A partir das avaliações bastante positivas, inclusive por parte do CNJ, foram traçados critérios objetivos e impessoais ligados à qualidade de ensino, à infraestrutura e à localização dos Núcleos de Prática Jurídica, que foram apresentados a todas as Faculdades de Direito de Curitiba que se enquadravam nas características exigidas. Dentre tais instituições, a Reitoria da PUCPR foi a primeira a manifestar interesse em participar, oferecendo instalações adequadas, conforme avaliação técnica intersetorial por parte do TJPR.

O projeto implica incremento de mão de obra ao Poder Judiciário, na medida em que os alunos do NPJ, sob a supervisão de professores, prestarão auxílio em diversas áreas do Juizado. Ademais, a transferência para a estrutura da universidade traz redução de gastos públicos, como aqueles relativos a manutenção predial, aquisição de bens de consumo e serviços terceirizados, despesas estas sob a responsabilidade da PUCPR, que cedeu o espaço gratuitamente.

Outra vantagem da medida diz respeito ao incentivo a práticas inovadoras decorrentes da parceria entre o Judiciário e o ambiente acadêmico, como a qualificação dos métodos autocompositivos.

Por fim, é importante destacar que, com a fixação da competência territorial, o Tribunal dá mais um passo em sua política de descentralização, que tem se mostrado de fundamental importância para garantir a toda a população o acesso à justiça. Afinal, além do Poder Judiciário mais próximo, os cidadãos atendidos no Juizado contarão com o atendimento multidisciplinar e a assistência jurídica prestada pela instituição de ensino, a qual já oferece uma gama de servi-



## DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO PARANÁ

Os magistrados, integrantes do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná (CSJE), estiveram reunidos, de forma extraordinária, no dia 03 de maio de 2018. Na segunda sessão do ano, o principal assunto tratado foi referente ao Regimento Interno.

Dessa forma, foi decidido revogar a Resolução nº 07, de 09 de agosto de 2004, que instituiu o Regimento Interno do Conselho, aprovando a Resolução nº 04, de 03 de maio de 2018, que a substituiu. Buscou-se realizar atualizações à luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003) e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça (Resolução do Tribunal Pleno nº 01/2010).

Muito embora o Código de Organização e Divisão Judiciárias seja anterior à Resolução do Conselho de Supervisão nº 07 de 2004, esse diploma normativo passou por atualizações que impactaram o Regimento Interno do Conselho de Supervisão, o que também recomendava a sua atualização.

A alteração reflete o trabalho de atualização das normativas referentes aos Juizados Especiais que é levado a efeito pela Supervisão-Geral do Sistema dos Juizados Especiais, exercida pela 2ª Vice-Presidência.



## REFORÇO EXTRAORDINÁRIO DE PAUTA AUXILIA JUIZADOS EM TODO O ESTADO

Funcionando desde o mês de março, o Reforço Extraordinário de Pauta (REP) tem sido amplamente utilizado pelos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública em todo o estado. Com o objetivo de promover a celeridade nas unidades que enfrentam dificuldade para designar audiências, o novo recurso já foi autorizado em 12 oportunidades.

Aprovada pelo Conselho de Supervisão, por intermédio da Resolução nº 03/2017, a iniciativa, de autoria da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, trata da disponibilização pontual e extraordinária, por um mês, de atos remuneráveis suplementares a Auxiliares da Justiça (Juízes Leigos e conciliadores). A partir de um estudo de impacto financeiro, percebeu-se a possibilidade de criação de 736 atos remuneráveis adicionais, divididos em 251 para os Juízes Leigos e 485 para os Conciliadores.

O sistema de contingenciamento das microcrises pontuais é gerido diretamente pela 2ª Vice-Presidência, responsável pela Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná, que, mensalmente, concede os atos adicionais entre as comarcas que mais necessitam. Apenas nos últimos 3 meses, 8 comarcas utilizaram a ferramenta e tiveram atos do REP autorizados.

Os magistrados interessados, que precisarem da ferramenta, devem formular um pedido, via S.E.I, para a unidade supervisora, (G2V) descrevendo os fundamentos pelos quais entendem que devem ser contemplados com o suplemento em pauta. Lembrando que todos os pedidos, bem como a disponibilização dos atos, têm validade mensal. Para maiores informações, o SEI nº 0057883-33.2017.8.16.6000 poderá ser consultado.



7

AproximAção 10ª EDIÇÃO

**AproximAção** 

10° EDICÃO



## **BIOMETRIA NOS ESTÁDIOS**

Com recentes aperfeiçoamentos, o sistema de Biometria nos Estádios, fruto do convênio celebrado pelo Tribunal de Justiça com a Celepar, Detran e Secretaria de Segurança Pública vem registrando resultados relevantes. Além de prevenir casos de violência, o uso da tecnologia já possibilitou a identificação e cumprimento de mais de 8 mandados de prisão.

Os foragidos foram identificados na catraca do estádio, por intermédio da consulta biométrica viabilizada pelo Convênio 008/2017, que permitiu o desenvolvimento de uma webservice de consulta aos dados de segurança pública. Importa destacar que somente as Polícias Civil e Militar têm acesso a esses dados, para viabilizar o cumprimento dos respectivos mandados.

A Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, lembra da importância de incentivar e aperfeiçoar o uso da tecnologia em favor da Segurança Pública: "O Estado do Paraná tem sido pioneiro em soluções tecnológicas de aprimoramento da Segurança Pública. A identificação biométrica dos cidadãos na entrada do estádio, com a identificação de eventuais mandados de prisão e ordens de restrição é algo inédito no Brasil, que merece ser difundido. Os resultados já começam a aparecer e é cada vez mais sensível o baixo número de ocorrências no estádio e em seu entorno. Isso é um inequívoco sinal



de que o Paraná conta com mecanismos efetivos de controle da violência".

O Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJPR, destaca o sucesso do projeto: "A ideia inicial do convênio sempre foi contribuir com a Segurança Pública no ambiente do futebol e dos eventos de grande porte. Com essa funcionalidade permitindo identificar na entrada do Estádio o indivíduo que tenha contra si alguma pendência com a justiça, como mandados em aberto, a sociedade tem a confiança de que o Estado cumpre o dever estabelecido pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Torcedor e o criminoso passa a perder a famigerada sensação de impunidade".

No Clube Atlético Paranaense, o primeiro aderente da iniciativa, o sistema de identificação biométrica foi inaugurado em setembro de 2017. De acordo com o Coordenador de Segurança do Clube, Ronildo Finger Barbosa, desde então os resultados foram muito positivos. "O sucesso da operação é resultado do trabalho em conjunto das áreas internas e externas envolvidas, o que possibilitou ações rápidas, eficientes e discretas durante a tentativa de acesso dos torcedores com mandados em aberto. Ao tentarem acessar com suas digitais, essas pessoas foram identificadas pelas catracas do Clube. A Polícia Militar é acionada e encaminha o torcedor à DEMAFE.

Os demais torcedores nem chegam a perceber que isso ocorre, devido à discrição e à rapidez das ações", relata o coordenador.

#### Programa Justiça ao Espectador

O programa biometria nos estádios é desenvolvido no âmbito do programa "Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos", regulamentado pela Resolução nº 01/2017, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, que alterou o nome do antigo programa Justiça ao Torcedor.

Neste ano, o plantão do Juizado do Torcedor e Eventos foi instalado em 13 oportunidades, atendendo um total, até maio, de 17 ocorrências.

## E-CARTA AGILIZARÁ CITAÇÕES E INTIMAÇÕES NO JUDICIÁRIO



Com o objetivo de agilizar as citações e intimações nos processos dos Juizados Especiais do Paraná, o Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados do TJPR (DGST) e a 2ª Vice-Presidência propuseram o aditamento do contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), que resultou na aprovação, pelo Presidente do Tribunal, da utilização do sistema e-Carta.

A ferramenta permite que o juiz assine digitalmente o despacho que determina a citação ou intimação por carta, para que o sistema do Tribunal emita e envie, automaticamente, a carta virtual ao sistema dos Correios. Lá, ela será impressa, envelopada e entregue ao carteiro. Após a entrega da correspondência, o comprovante será digitalizado pelos Correios, retornará virtualmente ao Tribunal e, posteriormente, será juntado eletronicamente ao processo para análise da secretaria.

Com o uso do e-Carta, além da celeridade, outro grande benefício para o Tribunal deve ser a economia. Estima-se que um processo tem, em média, seis intimações durante o seu curso, o que implica uma redução dos custos com a impressão e envelopamento. Também o funcionamento das secretarias deve ser beneficiado com a extinção do trabalho manual de preparo dessas intimações.

Para disponibilizar o sistema, pequenos ajustes vêm sendo realizados pelas equipes de tecnologia dos Correios e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) do TJPR. Com o início da fase de testes, a previsão é que a ferramenta seja aprimorada e colocada em funcionamento no âmbito dos Juizados Especiais, a partir do segundo semestre.



## **DELIBERAÇÕES DO NUPEMEC**

A última sessão do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (NUPEMEC) foi realizada no dia 24 de abril de 2018. Dentre os assuntos discutidos pelos membros do núcleo esteve a certificação de CEJUSCs. Na qualidade de PRÉ (pré-processual), foram certificados os centros de Londrina e Telêmaco Borba; em Maringá e Cascavel o CEJUSC conquistou o selo CID, de cidadania; Piraquara recebeu a certificação PRO (processual); por fim, em Ponta Grossa, o centro conquistou a regulamentação de duas especialidades: PRÉ e CID.

Outro ponto discutido, e aprovado pelo colegiado, foi a nova proposta de regulamentação dos convênios celebrados no âmbito dos CEJUSCs. O destaque fica para a adoção da assinatura digital em todas as etapas do procedimento. Com isso, expedientes que por vezes levavam até 3 meses para formalização, agora são concluídos em menos de uma semana

Na mesma sessão, os membros do Núcleo ainda aprovaram a minuta de anteprojeto de lei do Programa Jovens Promissores e a proposta de Regulamentação do Programa Pacificar é Divino.

#### **CENTRAL DE APOIO AOS CEJUSCS**

Instituída pela Portaria 04/2018 do NUPEMEC, há 2 meses está em funcionamento a Central de Apoio aos CEJUSCs. O serviço funciona a partir de uma unidade permanente de apoio aos Centros Judiciários, focada na resolução de dúvidas sobre questões operacionais e na sugestão de soluções para expansão e fortalecimento dessas unidades. Ocorrências relacionadas a rotinas administrativas e fluxos de trabalho, convênios e acordos de cooperação, capacitação em mediação e conciliação, e fortalecimento da rede de atuação do centro através das certificações (PRÉ e CID), poderão ser encaminhadas aos servidores responsáveis pela Central.

O desenvolvimento dessa nova ferramenta vem em conformidade a um conjunto integrado de programas e ações, desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência, responsável por presidir o Núcleo Permanente de Métodos de Solução de Conflitos (NUPEMEC), com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade dos serviços públicos oferecidos por meios dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CE-JUSCs) de todo o Estado. Com a expansão desses centros, foram observadas novas possibilidades de atuação e, com elas, maior complexidade das atividades inerentes às suas atribuições.

Até o momento, a Central já realizou atendimento a diversos centros, inclusive com reuniões por meio de videoconferência, com as Coordenações dos CEJUSCs de Cascavel e Maringá. A partir desses contatos, realizou-se um mapeamento das dificuldades encontradas pelos servidores, aprovando-se,



ao final, um conjunto de estratégias destinadas à resolução rápida e efetiva dos impasses.

Além disso, a partir da coleta desses dados, novas ações começaram a ser desenvolvidas. Entre elas, destacam-se a criação do site da 2ª Vice-presidência, que reorganizou as informações acerca das políticas de sua competência, e a criação de um POP (Procedimento Operacional Padrão) específico para o ambiente dos CEJUSCs, que encontra-se em fase de desenvolvimento.

Todas as dúvidas, solicitações e pedidos referentes aos eixos de atuação da Central de Apoio aos CEJUSCs deverão ser encaminhados à Secretaria do NUPEMEC por meio do endereço eletrônico: nupemec@tjpr.jus.br, ou pelo telefone (41) 3200-2188.

## **MEDIAÇÃO DIGITAL**

Com o objetivo de facilitar a solução consensual de conflitos entre cidadãos e instituições financeiras, que representam as maiores demandas judiciais em todo o país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está desenvolvendo uma nova ferramenta: a plataforma de Mediação Digital.

Previsto para ser lançado em breve, o sistema possibilita a mediação digital de conflitos com processos já em andamento na justiça. A ideia é facilitar o entendimento sobre um acordo, por meio da troca de mensagens e informações entre as partes. Ao final, havendo consenso, o termo pode ser homologado pela Justiça, caso contrário, uma mediação presencial será marcada nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

Além disso, entre outras mudanças, consta na plataforma a busca por empresas cadastradas sem a necessidade de login, a criação da funcionalidade da emissão do extrato da mediação aberta (para comprovar a iniciativa dos usuários no sistema de mediação digital), a permissão para o ingresso de advogados no sistema (facilitando o registro de demandas já judicializadas) e a reformulação do layout visando a maior objetividade na

**AproximAção** 

10° EDIÇÃO

"Acreditamos que a nova plataforma de mediação digital será um novo momento para os Tribunais valorizarem os meios alternativos de solução de litígio, com ganhos para o sistema de Justiça e para toda a sociedade", afirmou o conselheiro do CNJ, Márcio Schiefler, coordenador dos trabalhos. "Essa ferramenta, se bem utilizada, vai ajudar a reduzir a judicialização e facilitar a vida do cidadão", completou a conselheira do CNJ, Des<sup>a</sup>. Daldice Santana.

Para divulgar o serviço, no final de maio, representantes dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflito (NUPEMECs) dos Tribunais Estaduais e Federais, e de instituições financeiras, foram recebidos num evento realizado em Brasília. No exercício da Presidência do NUPEMEC no Paraná, a 2ª Vice-Presidência designou um servidor que esteve presente no evento, para replicar os conhecimentos na esfera estadual.

No TJPR, as informações a respeito da nova plataforma estarão disponíveis no site institucional da 2ª Vice-Presidência, que já mantém uma página permanente com informações sobre o sistema de Mediação Digital. Para acessá-la, clique no link: www.tjpr.jus.br/conciliacao.



AproximAção

AUTOCOMPOSIÇÃO

#### **CONVÊNIO ENTRE TRIBUNAL E UNIBRASIL**

Com o objetivo de estabelecer cooperação interinstitucional visando possibilitar o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social, por meio dos métodos consensuais de solução de conflitos em atuação pré-processual ou extraprocessual, no dia 11 de junho foi celebrado um Acordo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPE-MEC), e o Complexo de Ensino Superior do Brasil LTDA - UniBrasil.

A assinatura do acordo foi realizada no Tribunal de Justiça, representado pela 2º Vice-Presidente e Presidente do NUPEMEC, Desembargadora Lidia Maejima. Na ocasião, a atual reitora da instituição de ensino, Dra. Lilian Pereira Ferrari, esteve presente.



e pelo funcionário coordenador do Centro Judiciário, auxiliarão nos serviços administrativos e atuarão no setor de triagem do CEJUSC. Eles serão responsáveis pelo encaminhamento para mediação/conciliação pré-processual ou, quando for o caso, farão o devido encaminhamento para os órgãos competentes, como a defensoria pública, entre outros. Após



O convênio pretende divulgar a cultura de pacificação social dos conflitos desde a universidade, bem como fortalecer as atividades do CEJUSC com a colaboração interdisciplinar do meio acadêmico. As atividades objeto do convênio serão realizadas a partir do segundo semestre letivo deste ano, nas dependências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, do Fórum Cível.

Inicialmente, os alunos disponibilizados pela Universidade, orientados pelo Professor Supervisor serem capacitados, os alunos que obtiverem maior desempenho, a ser constatado pelo gestor do CEJUSC em conjunto com o Professor da Universidade, serão capacitados também para realizar audiências de conciliação e mediação.

Vale lembrar que o edital de chamamento público das universidades, por meio do qual a UniBrasil tomou conhecimento da possibilidade do convênio, continua aberto para outras instituições de ensino que se interessarem pela parceria.

AUTOCOMPOSIÇÃO AproximAção

## FÓRUM DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL É UTILIZADO EM MAIS DE 800 CASOS

Disponível em modo experimental no 1º Juizado Especial de Curitiba, que trata dos feitos bancários, o "Fórum de Conciliação Virtual" começa a registrar resultados importantes. Desenvolvido por meio de um projeto da 2ª Vice-Presidência do TJPR e do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC), e aprovado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná, no final de 2017, a iniciativa ganhou expressividade a partir da adesão dos maiores litigantes.

Vencida a primeira fase de aperfeiçoamento da plataforma virtual, no começo de abril de 2018, um encontro com o objetivo de explicar o funcionamento da ferramenta, reuniu representantes das empresas financeiras: Banco do Brasil, BMG, Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, Banco Votorantim e FEBRA-BAN. Na ocasião, eles foram recebidos pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do

TJPR, o juiz auxiliar, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, e uma equipe de servidores.

A partir desse encontro, as empresas conheceram o projeto e começaram a utilizar o ambiente virtual de acordo. Apenas no mês seguinte, cerca de 300 processos foram encaminhados para o Fórum. Dessa maneira, as partes puderam negociar os termos que envolvem a questão, sem a necessidade de deslocamento. Em caso de acordo, o termo é redigido no sistema e encaminhado para homologação do juiz.

Depois de 2 meses de intensa utilização, 841 processos passaram pela ferramenta. Com isso, aos poucos, as partes começaram a se familiarizar com o recurso. Resultado disso foi o aumento do índice de acordos, que registrou um aumento de mais de 200%, nos últimos 30 dias.



#### Sobre o Fórum de Conciliação Virtual

Criado por meio de um projeto desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do TJPR e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, o "Fórum de Conciliação Virtual" partiu de uma proposta do Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, juiz titular do 1º JEC de Curitiba, que foi inspirada na ferramenta de mesmo nome do TRF 4ª Região, idealizada pela Juíza Federal Ingrid Shroder Sliwka.

Trata-se de um "chat", ou seja, um ambiente de troca de mensagens dentro do próprio sistema de tramitação processual (Projudi), que permite que

**AproximAção** 

10° EDIÇÃO

autor e réu possam negociar os termos do processo, através do envio de mensagens de texto, com o auxílio de um conciliador.

Para utilização do "chat" as partes podem solicitar acesso ao juiz responsável, que irá analisar o caso. A partir desse procedimento, os advogados também podem se manifestar livremente no ambiente virtual. Caso as partes cheguem a um acordo, o termo será redigido em um campo específico e encaminhado para homologação do juiz.

AUTOCOMPOSIÇÃO

## PACIFICAR É DIVINO SE ESPALHA PELO PARANÁ

Completando 1 ano de existência, o Programa Pacificar é Divino já comemora os primeiros resultados. Com a adesão de novas Comarcas do interior, capacitação de mais religiosos e abertura de novos Espaços Pacificar, o Programa passa a ganhar proporções ainda maiores.

O número de religiosos capacitados nas técnicas de solução consensual de conflitos atingiu a marca de 235, que representam mais de 70 denominações religiosas. Também merecem destaque os 6 cursos já ministrados pelos multiplicadores (religiosos formados para replicarem a capacitação recebida), os quais têm se mostrado muito importantes para o crescimento e "sustentabilidade" da iniciativa, principalmente na Capital do Estado.

Além da capacitação, o Programa também comemora o crescimento do número de "Espaços Pacificar" inaugurados. Esses locais, que se destinam à realização de reuniões de conciliação, são localizados dentro das próprias instituições religiosas. Atualmente, 31 Espaços estão em funcionamento, sendo 14 em Curitiba, 14 em Maringá e 3 em Londrina. A expectativa é que, muito em breve, essa lista aumente, com o início dos atendimentos também em instituições de Toledo e Ponta Grossa.

A partir das inaugurações, desde o final de 2017, um levantamento foi realizado para verificar a quanti-

dade e os tipos de atendimento registrados pelo Pacificar. Por meio de visitas a todos os Espaços da capital, estima-se que, apenas em Curitiba, até o mês de abril deste ano, mais de 150 pessoas tenham sido atendidas.

Casos como acidente de trânsito, cobrança indevida, consumidor, prestação de serviço, descumprimento de contrato, divórcio, pensão alimentícia, partilha de bens, entre outros, estão sendo resolvidos pelo Programa Pacificar é Divino, sem precisar da via processual. Além disso, acordos, principalmente da área de família, têm sido encaminhados pelos facilitadores para homologação judicial no CEJUSC, com participação do Ministério Público nos casos de sua competência.

Paralelamente aos atendimentos, a expansão do Programa continua. Até o momento, mais de 20 Comarcas do interior manifestaram interesse em participar, sendo que 7 já iniciaram o seu desenvolvimento. E esse número tende a aumentar, já que, a partir de agora, a capacitação dos religiosos passará a ser realizada na modalidade EAD, desenvolvida em parceria com a ESEJE.

O número de religiosos capacitados nas técnicas de solução consensual de conflitos atingiu a marca de 235, que representam mais de 70 denominações religiosas.



#### PACIFICAR É DIVINO SE ESPALHA PELO PARANÁ



#### PARTICIPAÇÃO NA MARCHA PARA JESUS

Com o objetivo de divulgar a iniciativa, no dia 19 de maio, o Pacificar é Divino participou da Marcha para Jesus, em Curitiba. O evento, organizado por diversas igrejas evangélicas, reuniu mais de 120 mil pessoas que percorreram as ruas do centro da capital até se concentrarem numa grande comemoração organizada no Centro Cívico.

Próximo ao palco, uma das barracas da organização foi destinada ao Programa. Uma equipe, formada por servidores, religiosos e multiplicadores da iniciativa, passaram mais de 4 horas esclarecendo dúvidas e repassando informações.

Ao final do evento, uma série de materiais foram distribuídos e centenas de religiosos passaram a conhecer as ações do Pacificar é Divino.



## PROGRAMA "CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS" LANÇA CAMPANHA DE ESTÍMULO À IDENTIFICAÇÃO

Superando marca de 38 mil carteiras de identidade emitidas no Paraná, o Programa "Criança e Adolescente Protegidos" acaba de lançar uma Campanha para estimular a identificação. Por meio de um vídeo, com 30 segundos de duração, o material pretende destacar a importância do documento de identidade mesmo para crianças não alfabetizadas.



O vídeo da campanha está disponível nos canais de comunicação do Tribunal de Justiça do Paraná (site: www.tjpr.jus.br e no canal de Youtube da instituição) e também nos pontos do Projeto Sala de Espera Inteligente, espalhados pelos Juizados Especiais e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de todo o Estado.

Além da campanha, as parcerias com a Associação Paranaense de Oftalmologia (APO) e a integração à feira de serviços "Paraná Cidadão", coordenada pela Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), permanecem ativas. Com isso, o programa continua com intensa atuação, identificando cerca de 10 mil crianças e adolescentes apenas nesse ano.

Os números são frutos do trabalho desenvolvido nos Postos de Atendimento Informatizados, do Insti-



tuto de Identificação do Estado, e na Feira Paraná Cidadão. Nos postos, o atendimento é realizado em dois dias por mês, destinado, exclusivamente, aos alunos encaminhados por escolas municipais e estaduais. No caso da feira, que tem como objetivo oferecer ações gratuitas que promovam cidadania e inclusão social a todos os paranaenses, um dos dias é dedicado a atender as crianças e adolescentes.

#### **SOBRE O PROGRAMA**

Criado com o objetivo de garantir o direito de identificação e fortalecer a rede de segurança pública contra o desaparecimento de pessoas, através da emissão da Carteira de Identidade a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público, a iniciativa foi idealizada pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR. Atualmente, é desenvolvida em decorrência da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo Estadual, por meio das Secretarias da Justiça, Educação, Segurança Pública, Instituto de Identificação, Celepar, entre outras, e os Municípios participantes.

As identificações são realizadas nos Postos de Atendimento Totalmente Informatizados do Instituto de Identificação do Estado (PATIs), que dedicam dois dias de trabalho por mês, para atender exclusivamente os alunos encaminhados por escolas municipais e estaduais. Apenas em 2017, os PATIs prestaram atendimento à população de 39 municípios do estado.



#### PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA

Comemorando 25 anos de atuação em 2018, o Programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola" espera atingir cerca de 11 mil estudantes da rede pública de ensino de todo o Paraná neste ano. Coordenado pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, a iniciativa conta com o apoio de magistrados, servidores, promotores e advogados voluntários.

Em Curitiba, o Programa conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, que, neste ano, ampliou significativamente o número de escolas indicadas. Quase 5 mil alunos, de 49 escolas municipais, estão participando das atividades.

A partir desse incremento, a 2ª Vice-Presidência iniciou um trabalho de interlocução junto ao Rotary Club e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a fim de criar projetos-pilotos que possam colaborar com a ampliação do Programa, sem perder a principal essência que é a presença do magistrado junto às escolas para conversar sobre temas atinentes a justica e cidadania.

No interior, o programa também permanece em desenvolvimento. Até o momento, 17 comarcas já realizaram o pedido de cartilhas, e com isso, mais de 5 mil crianças participarão da iniciativa no interior do Paraná.





#### **SOBRE O PROGRAMA**

Idealizado no ano de 1993, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o programa, inicialmente com o nome de "Justiça se Aprende na Escola", foi desenvolvido pelo, hoje Desembargador, Roberto Portugal Bacellar. Atualmente, o programa é coordenado pela 2ª Vice-Presidência, e tem como objetivo facilitar e difundir o acesso à Justiça, através da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania às crianças do ensino fundamental de escolas da rede pública.

A iniciativa é desenvolvida em 4 fases. Na primeira delas, as escolas participantes recebem o material de apoio: são duas cartilhas explicativas, em formato de quadrinhos, para as crianças, e manuais para auxílio dos professores. A partir daí, as próprias instituições de ensino desenvolvem atividades didáticas.

Na segunda fase, a turma recebe a visita de um magistrado, um promotor de Justiça e um advogado, todos voluntários, que além de explicarem os seus papéis na sociedade, esclarecem questões sobre cidadania e Justiça. Na terceira etapa, são as crianças que vão até as unidades do Judiciário, numa visita guiada. Por fim, na última etapa, as escolas desenvolvem atividades culturais com todo o conteúdo aprendido e, também, um concurso de redações, premiadas com medalhas do programa.

#### TJPR PARTICIPA DO PROGRAMA GERAÇÃO ATITUDE

Pelo quarto ano consecutivo, o Tribunal de Justiça do Paraná está participando do Programa "Geração Atitude". Por meio de um convênio com a Assembleia Legislativa Paraná, o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Educação e a Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, o TJPR, representado pela Desembargadora Lidia Maejima, se comprometeu em fazer parte das ações da iniciativa.



Ligado ao Movimento Paraná Sem Corrupção, o programa tem o objetivo de apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, promovendo a cidadania, a participação social e o protagonismo juvenil. Ele está presente em todas as escolas públicas de ensino médio, localizadas nas áreas de atuação dos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná. As ações buscam despertar o interesse dos jovens para temas como Cidadania, Democracia, Política, Eleições, Voto Consciente e o funcionamento do Ministério Público e dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Compreendendo melhor esses assuntos, os estudantes podem tornar-se agentes

transformadores da realidade, participando de discussões que envolvam sua escola, bairro, cidade, estado e o país.

As atividades são desenvolvidas ao longo do ano, divididas em duas ações diferentes: o Geração na Escola, e a Caravana da Cidadania. No primeiro deles, professores, assessores legislativos, promotores e juízes, em conjunto com as equipes pedagógicas das escolas, desenvolvem palestras e debates com os alunos. Já a Caravana se baseia

num concurso que vai selecionar as 32 melhores propostas de Projetos de Lei, apresentadas por estudantes e orientadas por professores. Os autores dos melhores projetos são selecionados por uma banca e recebem como reconhecimento uma viagem a Curitiba onde conhecerão o funcionamento dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Em 2018, apenas no mês de maio, escolas de 4 municípios já contaram com o apoio de magistrados que participaram de debates do Programa. Entre os dias 19 e 23 de novembro, a Caravana da Cidadania chega em Curitiba. Na ocasião, o TJPR receberá os alunos e professores participantes para uma visita ao Palácio da Justiça.



# PROGRAMA JOVENS PROMISSORES INICIA NOVAS TURMAS E INTENSIFICA ENCAMINHAMENTOS DOS PARTICIPANTES

Lançado em setembro de 2017 pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Programa Jovens Promissores visa preparar adolescentes acolhidos, vítimas de diversos tipos de violência, para a vida adulta, oferecendo resposta a um gravíssimo problema social.

No último mês de maio, tiveram início as atividades da 6ª e 7ª turmas do Programa, somando mais 34 vagas para destinatários de medida protetiva de acolhimento institucional.

Tais jovens em vulnerabilidade social passarão por uma etapa de formação de aproximadamente 02 meses, incluindo Círculos Restaurativos, oficina de Educação Financeira, visitas a inúmeras instituições públicas e privadas, palestras sobre diversas carreiras e profissões e orientações sobre comportamento profissional e sobre a importância da educação.



Após a capacitação, os novos participantes se juntarão aos 52 adolescentes já formados pelo Programa Jovens Promissores, passando a receber encaminhamentos individualizados, voltados ao fortalecimento da autonomia de cada jovem, de acordo com suas necessidades específicas.

Nessa linha, o Programa, além de aumentar a oferta de vagas, tem intensificado as ações voltadas aos participantes já formados, empregando esforços em múltiplas frentes para oferecer as mais variadas oportunidades aos adolescentes acolhidos. Um exemplo das medidas adotadas é a reserva de 10% das vagas de estágio de ensino médio do TJPR para

adolescentes em vulnerabilidade social destinatários de medidas protetivas, conforme previsto no Decreto Judiciário nº 84/2018.

Com tal medida, o Poder Judiciário abre suas portas para um setor da população até então bastante marginalizado. Nas palavras do Presidente do TJPR, Des. Renato Braga Bettega, "o público-alvo da iniciativa é justamente uma parcela que guarda estreita relação com a atividade-fim deste Tribunal de Justiça, sendo muito interessante que, tendo conhecido o lado penoso da atuação do Poder Judiciário, agora lhes seja oportunizado ver outra realidade do mesmo órgão, a de crescimento, aprendizado e desenvolvimento.".

O primeiro processo seletivo com a reserva de vagas já foi realizado, tendo, entre os aprovados, 10 adolescentes acolhidos que passam a ter a oportuni-

dade de vivenciar o cotidiano da Corte e, assim, desenvolver habilidades importantes para seu futuro profissional.

Paralelamente, a coordenação do Programa Jovens Promissores estabeleceu diversas parcerias pontuais com órgãos do poder público e instituições da iniciativa privada, viabilizando o encaminhamento dos participantes a vagas de emprego, aprendizagem, cursos, atendimentos especializados, etc. Mais recentemente, também têm-se buscado vagas em repúblicas para os egressos das Unidades de Acolhimento Institucional, bem como bolsas em cursos pré-vestibular, estimulando os jovens a sonharem, planejarem e

conquistarem a educação superior.

#### **COMO AJUDAR**

Qualquer pessoa pode contribuir com o Programa Jovens Promissores. Interessados em ofertar vagas de emprego, aprendizagem ou estágio, bolsas de estudo, cursos, vagas em república, ou quaisquer outras ferramentas importantes para o desenvolvimento da autonomia dos participantes, podem entrar em contato com a coordenação do Programa, através do e-mail jovenspromissores@tjpr.jus.br.



### **MAGISTRADO EM DESTAQUE**

Pioneira no formato descentralizado em todo o judiciário paranaense, a Vara Descentralizada de Santa Felicidade, em Curitiba, é referência em diversos setores. À frente da supervisão da unidade desde a inauguração, em julho de 2012, a magistrada Adriana de Lourdes Simette é a grande responsável pelos expressivos resultados alcançados.

Desde o início das atividades, a equipe desenvolve ações diferenciadas que vão se modificando de acordo com as demandas específicas observadas, originando diversos projetos. O primeiro a ser colocado em prática foi o Ação e Reflexão, voltado ao acompanhamento dos prestadores de serviços advindos das transações penais e sentenças do Juizado Criminal. A exemplo da primeira experiência, uma série de outras foram desenvolvidas. Hoje, a Vara Descentralizada conta com um portfólio de mais de 9 projetos e programas ativos.

Atualmente, a iniciativa que tem maior visibilidade, não só na região, mas em várias esferas do judiciário, é o "Santa Felicidade em Ação". Criado em 2013, o projeto tem como base a responsabilidade social e implica diretamente no trabalho desenvolvido junto aos Juizados Criminais. Seu objetivo é beneficiar as entidades parceiras da região com o valor arrecadado com prestações pecuniárias, financiando projetos sociais, estimulando e fomentando o desenvolvimento da comunidade local.

A ação está fundamentada na Resolução nº 154 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que "define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária" e uniformiza a prática da aplicação e repasse dos recursos de forma a assegurar a publicidade, transparência, fiscalização e controle desta destinação. Além disso, as práticas adotadas em Santa Felicidade foram submetidas a um estudo realizado pela Corregedoria, e contribuíram para a edição da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2014 CGJ-Pr e MP-Pr, através da COCEP - Coordenadoria Criminal e de Execução Penal da Corregedoria Geral da Justiça.

Outro projeto de destaque de Santa Felicidade é o Sala de Espera Inteligente. Pensando em otimizar o tempo de espera das audiências, desde 2013, o Fórum de Santa Felicidade, disponibiliza, por meio de vídeos transmitidos num televisor localizado na sala de espera, conteúdo lúdico e informativo aos visitantes. São apresentados assuntos relacionados às deman-



das trazidas à unidade, como questões relacionadas à guarda dos filhos, alimentos e visitas, sempre destacando a importância da participação das partes nas suas decisões, que são fomentadas pelo processo de mediação.

Apesar de partir de uma premissa muito simples, a de recepcionar adequadamente o cidadão quando chega ao ambiente do Fórum, a iniciativa ultrapassou os muros da unidade e hoje é oferecida a todo o Poder Judiciário do Paraná por meio do projeto JUS TV desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência.

A partir dessas experiências, atualmente, a principal preocupação da Vara Descentralizada é a manutenção adequada e com qualidade dos projetos existentes, vez que todos demandam mão de obra e a participação de vários parceiros. Assim, para que isso se efetive, constantemente a equipe realiza ações de fiscalização, controle e adaptação.

Para a magistrada Adriana Simette, apesar de todo o esforço despendido com as iniciativas de cidadania, cabe ao judiciário, e à magistratura, o desenvolvimento de ações que possam melhorar a vida dos cidadãos. "Entendo que a função jurisdicional vai muito além da sentença em um processo. Embora seja este o fim primeiro para qual fomos formados e dele devemos sempre nos desincumbir com a maior qualidade e agilidade possível. Mas necessitamos ter em mente que a toga nos acompanha e boas práticas, boas respostas à comunidade através de projetos que auxiliem a vida em sociedade, são também formas de fazer com que a carreira seja reconhecida e respeitada", destaca a juíza.